



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2018.0000801761**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1005030-23.2015.8.26.0309, da Comarca de Jundiaí, em que são apelantes SANDRA REGINA SANTIAGO PINHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA) e CARLOS ALBERTO PINHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados RÁPIDO LUXO CAMPINAS LTDA e MARCO ANTONIO MATEUS MIRANDA.

**ACORDAM**, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS PETRONI (Presidente) e ANA CATARINA STRAUCH.

São Paulo, 9 de outubro de 2018.

**MARCOS GOZZO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Apelação nº: 1005030-23.2015.8.26.0309**

**Apelantes: Sandra Regina Santiago Pinheiro e Carlos Alberto Pinheiro**

**Apelados: Rápido Luxo Campinas Ltda e Marco Antonio Mateus Miranda**

**Autos em primeiro grau nº: 1005030-23.2015.8.26.0309**

**Juiz Prolator da Sentença: Dr. Dirceu Brisolla Geraldini**

**Vara: 6ª Vara Cível do Foro de Jundiaí**

**VOTO Nº 05447**

AÇÃO INDENIZATÓRIA. Acidente de trânsito. Improcedência dos pedidos. Insurgência do requerente. Inadmissibilidade. Responsabilidade objetiva da empresa privada prestadora de serviços públicos que alcança o terceiro não usuário do serviço. Precedentes do STJ. Todavia, no caso em questão, ausente nexo de causalidade entre a conduta da requerida e o acidente sofrido pelo autor. Culpa exclusiva da vítima observada. Prova testemunhal. Decisão preservada.

**Recurso desprovido.**

Trata-se de ação indenizatória ajuizada por **Sandra Regina Santiago Pinheiro e Carlos Alberto Pinheiro** em face de **Rápido Luxo Campinas Ltda e Marco Antonio Mateus Miranda**. O pedido inicial foi julgado improcedente (fls. 403/410).

Irresignados, apelaram os autores **Sandra Regina Santiago Pinheiro e Carlos Alberto Pinheiro** (fls. 414/424), requerendo a reforma da sentença.

Contrarrazões a fls. 156/164.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

É o relatório em acréscimo daquele constante da r. sentença recorrida.

**Passo ao voto.**

Narram os requerentes que no dia 15/11/2012 ocorreu um acidente envolvendo Guilherme Santiago Perfeito de Campos e um ônibus de propriedade da primeira requerida, dirigido pelo segundo requerido. Dizem que a vítima Guilherme foi atingido pelo ônibus da primeira requerida, ocasionando a sua morte. Afirmam que tal veículo foi o responsável pela ocorrência do acidente. Requerem, desta forma, indenização por danos morais e pensão alimentícia vitalícia. Juntaram documentos (fls. 21/42).

Citada, a primeira ré, Rápido Luxo Campinas Ltda, apresentou contestação, alegando ilegitimidade ativa dos requerentes. No mérito, aduzem culpa exclusiva da vítima, rompendo o nexu causal. Subsidiariamente, impugnou os valores requeridos a título de indenização.

O corréu Marcos Antônio Mateus Miranda não apresentou contestação (fls. 104), ainda que devidamente citado.

Laudo pericial produzido pelo Instituto de Criminalística juntado a fls. 140/148. Foram ouvidas testemunhas em audiência de instrução (fls. 249/251).

Foi proferida sentença julgando o pedido improcedente, conforme descrito alhures.

Pois bem.

Com efeito, nas ações indenizatórias propostas em face das pessoas elencadas no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, cabe à vítima a prova do dano e do nexo causal, ficando a cargo da pessoa jurídica a prova de eventual excludente de responsabilidade.

O Colendo Supremo Tribunal Federal, ademais, no julgamento do RE n.º 591.874-2, adotou a tese de que a responsabilidade objetiva da empresa privada prestadora de serviços públicos alcança o terceiro não usuário do serviço, hipótese dos autos. Confira-se:

*“CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6.º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado. III - Recurso extraordinário desprovido.” (Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 26.8.2009).*

Outrossim, no bojo do acórdão, o Min. Relator ressalva que *“a força maior e a culpa exclusiva da vítima podem figurar como excludentes de responsabilidade do Estado, exatamente porque o nexo causal entre a atividade administrativa e o dano dela resultante não fica evidenciado”*.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

No caso vertente, não restou demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta do motorista do coletivo e os danos suportados pelo recorrente.

Isso porque, as testemunhas, que estavam no coletivo no momento do acidente, relatam que o motorista do ônibus não agiu com imprudência, negligência ou imperícia, pelo contrário, a própria vítima que teria agido contrariamente às regras de trânsito.

Confira-se trecho do laudo elaborado pelo Instituto de Criminalística (fls. 146): "*transitavam pela Av. União dos Ferroviários no sentido: cidade x bairro os veículos envolvidos (...), ambos com intuito de adentrar na Rua Barão do Rio Branco, sentido Vila Arens. O acidente ocorreu quando o veículo Motocicleta que rodava pela Av. União dos Ferroviários no sentido: cidade x bairro, recebeu impacto na dianteira, contra a lateral do veículo ônibus que tinha como intuito de convergir à direita, adentrando na Rua Barão do Rio Branco. Após a colisão a motocicleta perdeu o controle, tombou juntamente com a vítima*".

Os depoimentos colhidos em sede de audiência de instrução convergem para a mesma versão dos fatos.

Assim, pelos fatos descritos, restou comprovada a culpa exclusiva da vítima, sendo de rigor manutenção da improcedência dos pedidos.

É esta a jurisprudência consolidada deste Egrégio Tribunal:

*“REPARAÇÃO DE DANOS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ATROPELAMENTO EM CRUZAMENTO – TRAVESSIA EM LOCAL INADEQUADO – CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA*  
*1 – Análise das provas dos autos que demonstra que a vítima desceu da plataforma de ônibus localizada no canteiro central e atravessou a via depois da faixa de pedestres, enquanto o semáforo, apesar de estar fechado para veículos daquela via, estava aberto para os veículos que nela entrariam pela outra rua, em decorrência do cruzamento. Culpa exclusiva da vítima; 2 – Ainda que a empresa prestadora do serviço de transporte coletivo efetivamente responda na modalidade objetiva, tal forma de responsabilização apenas exclui a análise de dolo ou culpa, mas em momento algum suprime a necessidade de nexo de causalidade, não se tratando da aplicação da teoria do risco integral, mas sim do risco administrativo. RECURSO IMPROVIDO”* (TJSP; *Apelação 1026892-35.2014.8.26.0002; Relator (a): Maria Lúcia Pizzotti; Órgão Julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 18/04/2018; Data de Registro: 20/04/2018).*

*“APELAÇÃO. Acidente de trânsito envolvendo ônibus e bicicleta, com vítima fatal. Ação de indenização por perdas e danos, julgada improcedente. Recurso dos autores. - Pretensão à nulidade do julgamento. Impossibilidade. Inconformismo que guarda relação com a valoração da prova. Processo legal devidamente observado, sendo produzidas as provas especificadas pelas partes. Sentença que não padece de qualquer vício. Nulidade não configurada. - Mérito. Análise da controvérsia sob o prisma da responsabilidade objetiva, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal (consumidor por equiparação). Prova testemunhal que forneceu à julgadora os elementos necessários à configuração da culpa exclusiva da vítima que, na condução de sua bicicleta, realizou manobra imprudente, sem sinalizar, interceptando, de inopino, a trajetória do coletivo que, em velocidade compatível com o local, tentou desviar, subindo no canteiro central com risco de capotamento, mas não conseguiu evitar a colisão. Culpa exclusiva da vítima que não trafegava pelo bordo da pista em afronta ao disposto no art. 58 do Código de Trânsito Brasileiro, a romper o nexo de causalidade e afastar a responsabilidade indenizatória do agente, preposto da permissionária, consoante escorreita valoração das provas*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*produzidas. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO” (TJSP; Apelação 1010014-09.2014.8.26.0625; Relator (a): Sergio Alfieri; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro de Taubaté - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/03/2018; Data de Registro: 27/03/2018)*

Por derradeiro, mantenho os honorários advocatícios fixados em 20% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, ressalvados os benefícios da justiça gratuita a que os requerentes fazem jus.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

**MARCOS GOZZO**  
RELATOR